

SUSTENTABILIDADE & GREENWASHING:
Um estudo sobre os relatórios de responsabilidade empresarial em casos brasileiros

Ramon Jung Pereira
Alexandre Lugão do Nascimento
Marinette Santana Fraga
Renato Luiz Cotta de Paiva
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

RESUMO

Da demanda global pela sustentabilidade emergiu práticas sustentáveis na gestão empresarial. A sua transparência e divulgação são questionáveis por alguns *stakeholders* devido aos impactos e crimes ambientais decorrentes das atividades operacionais objetivando a maximização de lucratividade. As consequências dessas atividades que impactam os recursos naturais e a vida humana direcionaram para o alerta das práticas de *greenwashing* pelas corporações. Nessa vertente, esse artigo objetiva avaliar se o discurso de sustentabilidade divulgado nos relatórios de sustentabilidade é “uma prática de atividades realísticas ou uma prática tendenciosa para atender à estratégia competitiva, à legislação e à mudança do *habitus* dos consumidores. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, exploratória, documental e uma análise de discurso com base nos relatórios de sustentabilidade, comunicações e observações de duas empresas brasileiras, cujo recorte foram as ações que caracterizam práticas de *greenwashing*. A priori, os resultados apontaram para a existência das práticas de *greenwashing* de forma tendenciosa.

Palavras-chave: Sustentabilidade. *Greenwashing*. *Global Reporting Initiative*. Responsabilidade Social Empresarial. Sociedade.

1. INTRODUÇÃO

Um tema que tem cada vez mais destaque, no âmbito empresarial, é o da sustentabilidade, principalmente a partir da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. Não obstante, tal tema já vem sendo abordado de maneira mais ampla desde a década de 70, quando as Nações Unidas (UNESCO, 1972) e, posteriormente, reforçada pelo relatório *Brundtland (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987)*. Essas instituições passaram a discutir o tema de desenvolvimento da humanidade e ecodesenvolvimento, com enfoque nas relações do homem com recursos naturais, problematizando as perspectivas de crescimento econômico, evolução tecnológica e de equacionamento de diferentes problemas sociais.

Nesse contexto, Martins e Ribeiro (1995, p.31) discutem desenvolvimento econômico e tecnológico explicando que “para diversas empresas maximizarem o uso dos recursos naturais, até então, ignorava-se o fato de serem renováveis ou não, bem como as consequências da ausência desses mesmos recursos”. Segundo Tinoco e Kraemer (2011), o advento da Revolução Industrial, o crescimento da produção em larga escala e o crescimento populacional levaram ao

aumento do uso das reservas ecológicas do planeta, em decorrência da expansão de bens industriais que se valem, em muitos casos, do uso de tecnologias sujas.

Desde então, diversas organizações e países vem adotando um discurso voltado para o desenvolvimento econômico que gere cada vez menos impactos na natureza e que ainda considere a relação da organização com a sociedade em bases mais democráticas, transparentes e responsáveis. Nessa linha, nasceu o debate entre crescimento e desenvolvimento, do qual Chacon (2014) destaca que o primeiro reflete melhoria econômica, enquanto o segundo aborda, justamente, o aspecto econômico considerando a sociedade como agente de transformação e o uso racional e eficiente de recursos naturais. Todavia, acontecimentos de desastres ambientais continuaram a ocorrer e contradizem o discurso de desenvolvimento sustentável divulgado pelas empresas – relacionados à transparência para explicitar ações de investimento de preservação, monitoramento e proteção ambiental.

Em consonância com essa realidade que afeta a vida humana, nos últimos anos, através de maior discussão, regulamentação e pressão social – principalmente após maior disseminação da informação com o advindo das redes sociais – é possível verificar o aumento e o desenvolvimento da denominada economia verde. Uma economia difusa entre a população e as empresas, através de distintas vertentes. Entre elas, as atividades de baixas emissões de carbono, sociedade mais inclusiva e uso aprimorado dos recursos naturais.

Nos últimos anos, diante dos incidentes ambientais causados por mineradoras, os efeitos ambientais foram denominados pelos seus gestores e pela mídia como acidentes ambientais. Pela teoria crítica, desenvolveu-se a visão acadêmica da ocorrência de crimes ambientais. Diante dessas contradições, surgiu a inquietação em entender o que está sendo efetivamente realizado pelas empresas em relação ao meio ambiente, a sociedade e a vida humana. Em paralelo a esses eixos, a observação do *habitus* da sociedade com consumidores que prioriza produtos sustentáveis e à grande pressão social foram cerne para os seguintes quesitos: a sustentabilidade divulgada pelas empresas é uma prática de atividades realísticas ou uma prática tendenciosa para atender à estratégia competitiva, à legislação e às necessidades de mudança cultural que vem ocorrendo nos *habitus* da sociedade? Dessa forma, este artigo objetiva avaliar se o discurso de sustentabilidade divulgado nos relatórios de sustentabilidade é uma prática de atividades realísticas ou uma prática tendenciosa para atender à estratégia competitiva, à legislação e à mudança do *habitus* da sociedade, portanto, uma estratégia competitiva e, nem sempre, realística.

O conteúdo perpassa pela tríade da discussão teórica sobre a evolução do conceito de sustentabilidade, as temáticas de ética empresarial e ativismo. Em seguida, descreve a metodologia de pesquisa e seu desenvolvimento. Após essa fase, evidencia as informações coletadas sobre duas empresas, sendo uma do ramo de bebidas não alcoólicas e outra de mineração. Na fase seguinte tem-se a discussão dos resultados mediante a comparabilidade das informações analisadas no discurso divulgado nos relatórios de sustentabilidade. Finaliza-se com as considerações do trabalho e sugestões para trabalhos futuros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O relatório *Brundtland* da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (*World Commission on Environment and Development*) conceitua que desenvolvimento seria o processo que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as

gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (*WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT*, 1987).

Esse tema e sua discussão antecedem a esse relatório, quando foi abordado pela primeira vez na “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Essa conferência, segundo os documentos da ONU (1972) e da UNESCO (1972), abordou os seguintes princípios: i) melhor redistribuição de benefícios econômicos e políticos entre nações e indivíduos para melhoria dos problemas envolvendo meio-ambiente e sociedade; ii) melhor relação entre desenvolvimento econômico e social; e iii) evolução tecnológica como meio de desenvolvimento econômico e social, atrelado à identificação e mitigação de riscos ambientais, contribuindo para a construção de soluções de problemas comuns.

Essa visão foi compartilhada e debatida por autores como Diniz e Bermann (2012), Gonçalves-Dias (2014) e Jaehn (2016). Os autores apontam que a sustentabilidade é o meio de análise de como os aspectos econômicos, sociais e ambientais se relacionam e interagem uns com os outros, impactando sistemas e operações. Mas, esse conceito não é unívoco no âmbito empresarial, ele é complexo, amplo e multidimensional. Segundo Sachs (2007), abrange a dimensão social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Baroni (1992) corrobora ao explicitar que o debate sobre as ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável, passa pela falta de um conceito único para o termo sustentabilidade e sua evolução atrela-se ao econômico e ambiental/ecológico e carece de amplitude social.

Por outro lado, o passar dos anos e o advento de legislação mais rígida e sociedade mais consciente apontaram para uma banalização do conceito de sustentabilidade. Como apontado por Veiga (2014) e Lim (2017), o conceito tem ficado cada vez mais distante e desconexo com a definição defendida nas conferências das Nações Unidas de 1972, 1987 e 1992.

É possível que a alteração conceitual esteja atrelada à mudança do *habitus* da sociedade, o que implica que preferências e ações individuais são alteradas por atitudes sociais, portanto à medida que *habitus* individuais se alteram, eles vão construindo o *habitus* sociais sustentáveis. O *habitus* social e individual funcionam como causas e efeitos, ora um é efeito do outro, ora um é causa do outro. De acordo com Bourdieu (1983) e, posteriormente, também tratado em Bourdieu (2007), o *habitus* pode ser entendido como um conjunto de esquemas fundamentais culturais interiorizados, com os quais pensamos, percebemos e agimos no mundo. Desta forma, Setton (2002) salienta que a estratégia visa entender tais práticas instintivas, como substrato do *habitus*, ajustados a uma determinada demanda social. Ocasionalmente, a mudança da realidade de práticas ditas sustentáveis, que são apenas superficiais com o intuito de cobrir práticas insustentáveis, lucrativas e de proteção ao enriquecimento, se deram pela estratégia de adequação às novas demandas sociais.

Apesar desse aparente paradoxo entre o que é praticado atualmente e o que foi proposto no passado, a ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA – (PNUMA apud CECHIN, PACINI, 2012) explicitou o conceito da economia verde. Tal vertente explicita que se trata de um sistema econômico dominado por investimento, produção, comercialização, distribuição e consumo, de maneira a respeitar os limites dos ecossistemas, mas também um sistema que produz bens e serviços que reduzam impactos e melhoram o ambiente.

Com base nessa abordagem, no âmbito industrial foram verificadas medidas primárias para mitigar os impactos ambientais, porém apenas com caráter “curativo” e restritas aos processos produtivos. Ou seja, a redução de impactos não seria pensada preventivamente, mas

na maioria das vezes como forma de remediação. Entre algumas estratégias encontram-se as soluções denominadas de “*End-of-Pipe*” ou fim-de-linha. Caracterizada como pouquíssimo eficiente por Barbieri (2016), tal prática se dá pelo mínimo tratamento e recolhimento – quando recolhido – de substâncias ou materiais contaminantes para que possam ser armazenados em local seguro e em recipientes adequados, o que requer investimento e controle. Casos assim, são possíveis de serem notados ainda hoje em mineradoras, como por exemplo, a barragem de rejeitos de mineração da Samarco, em Bento Rodrigues, tal como a barragem de rejeitos de mineração da Vale, em Brumadinho, ambas em Minas Gerais – eram exemplos de “*End-of-pipe*”.

Fraga, Teodósio, Oliveira e Yoshitake (2018) realizaram uma pesquisa a respeito do discurso do relatório de sustentabilidade da Samarco divulgado no ano de 2014, com objetivo de entender quais medidas eram tomadas pela empresa e acabaram por encontrar informações de proteção e investimentos ambientais e sociais. De forma objetiva, o conteúdo do relatório de sustentabilidade de 2014 evidenciou custos que tiveram objetivos de proteção ambiental e social. A pesquisa foi documental e realizada por meio do “Relatório Anual de Sustentabilidade” divulgado pela Mineração Samarco S.A em 2014. Esse, descreveu os investimentos, as ações e o compromisso da gestão social da empresa com o meio ambiente e a sociedade em geral. Todavia, tais iniciativas sustentáveis tornaram-se duvidosas devido a ocorrência do crime ambiental da barragem em Bento Gonçalves. Um dos resultados apontou que tais informações divulgadas pela empresa não foram suficientes para evitar ou minimizar o acidente ocorrido em 2015.

Outro resultado evidenciado nessa pesquisa demonstrou que “o Relatório Anual de Sustentabilidade” de 2014 da empresa Samarco Mineração S.A, conforme auditores independentes, cumpriu as diretrizes estabelecidas pelo GRI. Todavia, não houve efetividade do discurso de boas práticas socioambientais, visto que princípios fundamentais garantidores do bem-estar social não foram atingidos, em função do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do município de Mariana/MG.

A partir dessas discussões teóricas, dos crimes ambientais e de tais práticas empresariais, nota-se que há necessidade de melhores práticas e condutas éticas. Conforme descreve Pereira (2011), evoluíram as medidas preventivas, focadas ainda no processo produtivo, denominadas “*cleaner production*” (produção mais limpa) e “*eco-efficiency*” (ecoeficiência), sendo aquelas que atuam sobre as origens dos problemas e tentam reduzir a contaminação ao longo do processo produtivo através do uso mais eficiente dos recursos naturais – em oposição às medidas reativas e “*End-of-pipe*” mencionadas acima. Adicionalmente, de acordo com Pereira (2016), é possível identificar medidas mais eficientes, do ponto de vista socioambiental, até em mineradoras – o que demonstra que mesmo setores tradicionalmente envolvidos com atividades “agressivas” ao meio ambiente e sociedade conseguem apresentar alto engajamento econômico, ambiental e social.

Na contemporaneidade, conforme destaca Pereira (2011), vários estudos têm demonstrado que somente a sofisticação dos processos de produção não é suficiente para amenizar os problemas ambientais. Esses estudos mostram que é preciso atuar de maneira mais efetiva, considerando alguns aspectos “extras”, como os próprios aspectos ambientais, os sociais e os econômicos em qualquer processo (ELKINGTON, 2001).

Segundo Teodósio et al. (2005), principalmente no âmbito das operações organizacionais, é possível verificar a sustentabilidade sobre diferentes aspectos, com foco principal em competitividade empresarial e gestão ambiental. Tais autores explicitaram a respeito da

complexidade das estratégias operacionais e da sustentabilidade que não é unívoca ao desenvolvimento empresarial, econômico e social:

esse tema dentro das estratégias de operações se torna ainda mais complexo quando se associam à ideia de Sustentabilidade outras dimensões para além da esfera tradicionalmente associada aos negócios ou à gestão meio ambiente. Como defendem Hart (2005) e Prahalad (2005), Sustentabilidade empresarial implica também no envolvimento das organizações privadas em problemas sociais e políticos como a exclusão social, a miséria e a fome no mundo. Essas perspectivas trazem novos desafios à construção desse conceito no espaço empresarial. (TEODÓSIO, A. *et al.* 2005; p.3).

Portanto, compreende-se que muito mais que a simples causa do meio ambiente ou social, as práticas empresariais voltadas para a sustentabilidade analisam um amplo espectro de fatores que leva em consideração também os indivíduos afetados pelas atividades e ameaças a comunidades, essas sujeitas às consequências danosas das práticas predatórias e destruidoras que podem culminar em grandes desastres ambientais com impactos sociais e morte de pessoas que fazem parte do entorno das atividades empresariais (YUNUS, MOINGEON, LEHMANN-ORTEGA, 2009).

Atualmente, as empresas e indústrias que realmente pretendem se manter perante o mercado, crescer e se desenvolver, deveriam inserir as questões ambientais e sociais em seu planejamento estratégico, conforme enfatiza Jung (2016) baseando-se em Yunus (2008). Mas, essa inserção não deve ser apenas de um discurso teórico e sim de práticas efetivas e transparentes que possam consubstanciar o conceito de sustentabilidade empresarial exposto nos estudos de Elkington (2001). O autor frisou que tal sustentabilidade seria um conjunto de atividades relacionais entre empresa, ambiente, economia ou sociedade. De forma benéfica sua prática repercute na imagem e reputação das empresas e amplia as vantagens na captação de recursos.

Diante das exigências da competitividade e da responsabilidade social, os discursos empresariais sobre sustentabilidade estão cada vez mais em pauta no planejamento estratégico das organizações. Apesar disso, ainda se nota elevada incidência de *greenwashers* (ABDALA, GUZZO, SANTOS, 2010). Essa terminologia envolve conduta ética e gastos com a manipulação de dados em prol da imagem da empresa no mercado.

O termo *greenwash* desenvolveu-se na década de 90 com base na expressão *whitewash*, que significa o fato de esconder, intencionalmente, falhas e enganos de uma pessoa ou organização em prol de uma reputação limpa (TURANO *et al.* 2014; ABDALA, GUZZO E SANTOS, 2010). Segundo o *Greenwashing index* (2012), mais tempo e dinheiro são gastos com publicidades para ganhos de imagem do que realmente aderindo às práticas que visem a uma diminuição do impacto ambiental. Isso se deve ao fato das empresas com boa imagem relacionada a ética e responsabilidade social, diante do mercado, passarem o sentimento de segurança e solidez (OLIVEIRA, SOUZA, 2013). Basicamente, as empresas se utilizam de meios escusos para garantir certa aderência à nova ordem mundial que está vinculada a maior preocupação com questões ambientais e sociais.

Mesmo considerando a definição supracitada, o *greenwash* abrange diversas condutas, das quais é possível citar o uso de afirmações vagas sem provas, formulação de linguagem de forma enganosa, uso de selos sem credibilidade (TURANO, 2014), marketing enganoso e, até mesmo, afirmação de que determinada prática comum feita por certa empresa é menos “agressiva” a sociedade e meio ambiente quando se comparada a situação qualquer mais

prejudicial (ABDALA; GUZZO; SANTOS, 2010). Nesse ponto, nota-se certos aspectos citados por Gertler et al. (2010), porém distorcidos, na conceituação dos mecanismos de observação de impactos socioambientais. Na visão do Greenwashing index (2012), ambiente, consumidores e empresas são impactados com esses comportamentos hediondos, levando a diversas consequências negativas para a vida humana.

A demasia desse discurso leva ao aumento da pressão social, e essa reivindica por ações reais que gerem menor impacto, dando força a sustentabilidade por meio do ativismo. De acordo com Reysen e Hackett (2017), organizações ativistas tem aumentado sua participação em questões globais, atuando em áreas como diversidade, justiça social e meio-ambiente. Esses autores apontam que o engajamento em atividades e atitudes ativistas aumenta o nível de consciência e identificação com a sociedade. Além deles, Steentjes et al. (2017) indicam que a falta de atos de ativismo pode inibir a disseminação de mudanças sociais e ainda evidenciam que expressar tais anseios aumentam a percepção da necessidade de mudança, potencializando a alteração dos normativos sociais sobre as questões. Neste sentido, Bourdieu (1983) avalia que as mudanças nestes normativos sociais (*habitus*) podem ocorrer em necessidade de adaptação a situações novas e imprevistas. Portanto, o alto nível de consciência – facilitada pelo advento de redes sociais – e identificação com os temas ambientais e sociais, pode levar a uma nova percepção das reais necessidades da sociedade. Defendemos, que as adaptações e mudanças estão atreladas às necessidades dos tempos modernos que se caracterizam por avanços tecnológicos e relacionais que podem levar à mudança no *habitus* da sociedade. Isto deriva do nível de consciência individual que também é influenciada pelas redes sociais e pela mídia tradicional.

Corroborando, Sánchez-Villar, Biagné e Aldás-Manzano (2017), apesar de viés na abordagem política, mostram que o ativismo – e a conscientização social relacionada a estes novos tempos – tem sido cada vez mais difundido por conta da internet, mídias sociais e blogs, garantindo maior acesso à informação por parte da sociedade. Esses meios têm se tornado uma forma inovadora e complexa do sistema de disseminação de informação.

Por consequente, para a discussão da sustentabilidade no enfoque empresarial é preciso abordar a perspectiva de ética nos negócios. De acordo com Kolk (2015), esse tema está diretamente relacionado com responsabilidade social, visto que reflete diversas preocupações dos dias contemporâneos. Ao mesmo tempo, o referido autor explica que na ideia de ética se insere a noção de moral aos anseios da sociedade e para a sociedade.

Em análise similar, Salisu Barau, Stringer e Adamu (2016) denotam que a ética é base para todos os anseios da humanidade, incluindo fundamentação para dimensões normativas da sustentabilidade; por outro lado, esses autores abordam que a ética assume papel relevante na esfera social do debate sustentável, à frente das discussões econômicas e ecológicas. Em adição, Quarshie, Salmi e Leuschner (2015) abordam que a ética empresarial se baseia em princípios que expressam “a coisa certa a ser feita” ou a necessidade de se atingir uma sociedade justa. Nessa vertente, o tema pode ser interpretado dentro da ótica de desenvolvimento sustentável. Diante dessa assertiva, é possível entender que a ética é a base da sustentabilidade, uma vez que sem o primeiro, não é possível atingir uma sociedade justa pautada em princípios de moralidade que possibilitem o desenvolvimento harmonioso através da inclusão da sociedade e do meio-ambiente. Em especial, ao respeito pela vida das pessoas e o poder de empatia da empresa com os entes em todo o seu entorno.

Ao unir esses aspectos verifica-se que existe aumento da discussão e difusão sobre o tema ambiental, porém, ao mesmo tempo, se vê aumento do ativismo advindo de maior acesso à

informação e pressão social. Por outro lado, existe maior preocupação com a ética empresarial e mudança de cultura para seguir tendências do mercado. Portanto, a não evidencição realística traz impactos futuros no desempenho empresarial sendo afetados por custos ambientais ocultos e não divulgados, que podem prejudicar a imagem da empresa e de seus gestores.

Portanto, surge o questionamento sobre as ações sustentáveis das companhias: se elas se dão por mudanças na cultura e nos modelos de gestão ou se ocorrem para atender demandas ativistas, melhorando a percepção da marca e reduzindo a pressão social. Abaixo, será possível verificar o estudo realizado para debate do tema.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotou-se como estratégia de pesquisa, para que seus objetivos fossem atingidos, uma abordagem qualitativa. Segundo Yilmaz (2013), tal abordagem visa a interpretação dos dados por meio da compreensão de um fenômeno ou situação que ocorre em contexto de vida real, transcendendo a “frieza” dos dados quantitativos. Para nossa pesquisa, consideramos esse procedimento e realizamos uma pesquisa bibliográfica para compreender os principais conceitos de sustentabilidade. De forma complementar, encontrou-se na pesquisa documental uma fonte de informação para verificação empirista do discurso das práticas sustentáveis, sendo o relatório de sustentabilidade o principal documento divulgado para os *stakeholders*.

Uma síntese histórica com diferentes abordagens do tema foi realizada através da avaliação de relatórios de sustentabilidade das empresas. Essa fase possibilitou uma análise de coerência entre o discurso e as práticas de sustentabilidade de duas empresas, sendo uma do segmento de bebidas não alcoólicas e outra do segmento de mineração. No próximo passo, realizou-se uma análise interpretativa dos discursos divulgados através das informações expostas nos relatórios das empresas analisadas, com base no *Global Reporting Initiative* (GRI), considerando as atividades como sendo práticas reais que, por muitas vezes, se caracterizam como polêmicas e estão envolvidas diretamente ou indiretamente nas atividades operacionais e organizacionais. Alguns acontecimentos que vão ao encontro das ações afirmativas positivistas e divulgadas pelas empresas também são discutidos na próxima seção.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A elaboração de relatórios de sustentabilidade que tratam de mensurar e divulgar os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas das organizações, conforme descrito por Campos (2013), vem sendo uma prática incorporada por empresas localizadas em diversos países. Grande número de empresas tem percebido os benefícios da adesão a esse tipo de relatório, que deveria transmitir maior transparência e integridade sobre o desempenho de sustentabilidade das organizações. A adesão a esses relatórios é voluntária e tem por objetivos: apoiar e facilitar a gestão das questões de sustentabilidade das empresas de maneira sistemática e, principalmente, como resposta às cobranças dos *stakeholders* para que as empresas explicitem suas ações de responsabilidade socioambientais e atuações no ambiente em que estão inseridas (BASSETTO, 2010).

As empresas podem optar pela elaboração do seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou aderir a um já elaborado, a exemplo da GRI - *Global Reporting Initiative*, do Ethos, do Ibase e do Akatu. No Brasil, conforme descreve Campos (2013), desde o pioneirismo da Natura Cosméticos em 2000, várias empresas divulgaram relatórios pela GRI,

como: Coca-Cola, Aracruz Celulose, Bunge, Duratex, Medley, Petrobrás, Vale, Banco Itaú, Wal-Mart Brasil, entre outras (ECOSSISTEMAS, 2009).

Contudo, a incidência de casos onde discurso e prática se tornam contraditórios é recorrente. Tomando por base uma das maiores indústrias de refrigerantes do mundo¹, suas práticas reais e as descrições presentes em seu relatório divulgado, baseado no *Global Reporting Initiative* (GRI), é possível realizar diversas análises comparando conceituação e seu discurso com práticas reais.

Segundo o relatório de sustentabilidade divulgado², a água é o recurso mais precioso para a vida humana e para a saúde dos ecossistemas e economias globais. Cientes dos desafios globais e regionais que a sociedade e a indústria vêm enfrentando, descrevem o compromisso de realização de uma gestão eficiente dos recursos hídricos nos processos fabris e ao longo da cadeia produtiva.

Além do valor da água em seu processo produtivo, a empresa cita por diversas vezes a importância para a vida e simbologia das comunidades tradicionais, principalmente comunidades da Amazônia quem dependem e fazem da água sua principal fonte de alimento, energia e sustento, buscando redução do desmatamento das áreas mapeadas, com a garantia de renda para os habitantes.

Mesmo com descrições que envolvem respeito e “paixão” pelas águas brasileiras, a indústria mencionada está envolvida na compra de diversas reservas naturais, onde há – ou houve – remoção da comunidade local ou, até mesmo, indígenas, visto que é “imprescindível” para que ela possa realizar suas operações. Esses trâmites de compra de reservas vêm ocorrendo em todo o mundo, por diversas empresas similares (PAGNONCELLI, VASCONCELLOS FILHO, 2001).

Ainda que com um dos menores índices de reciclagem existentes, sendo considerado um dos maiores desafios ambientais contemporâneos, o plástico, é um dos principais materiais utilizados pela empresa em suas embalagens, sendo que, sua produção de lixo é diretamente proporcional ao aumento das vendas de qualquer um dos produtos (SANTOS, AGNELLI, MANRICH, 2004). O índice de reciclagem apresentado pela empresa é de 33%, sendo que, os outros 67% que não é controlado, poderiam ser facilmente encontrados, se não tratados, em aterros, lixões, rios, oceanos, e um infinidade de outros possíveis destinos.

Segundo Jenna Jambeck (2016), uma das autoras do *The New Plastics Economy*, diversos pesquisadores compilaram informações de produção de resinas, fibras e aditivos utilizando várias fontes da indústria, revelando que até 2015 quase sete bilhões de toneladas de lixo plástico foram geradas no planeta, e que 79% desta quantidade se acumulava em lixões ou no meio ambiente, incluindo os oceanos, conforme mencionado anteriormente.

Neste sentido, vemos que há distorção de informações no relatório, de modo que a empresa aparente trabalhar de forma eficiente em relação aos impactos causados pelas embalagens de seus produtos. Ou seja, sem devida base de comparação ou informação que complementa, estão sendo transmitidas mensagens difusas que melhoram a imagem da companhia. Em outras palavras, como afirmam Abdal, Guzzo e Santos (2010), tal fato indicaria dedicação de esforços em busca da transmissão de adequação de condutas em prol da imagem da empresa no mercado que, de certo modo, não refletiria a realidade. Aqui, também se faz presente os argumentos apresentados pelo *Greenwashing index* (2012), o qual explicita

¹ Em caráter de responsabilidade, não divulgaremos o nome da indústria.

² Não referenciaremos o relatório em caráter de responsabilidade. Não divulgaremos o nome da indústria.

contexto onde empresas que direcionam mais recursos com publicidade para melhoria de sua imagem perante a sociedade do que com, de fato, práticas reais e efetivas a favor da sustentabilidade ou de um desenvolvimento sustentável. Complementando a discussão, Oliveira e Souza (2013) afirmam que é comum notar práticas de *greenwashing* onde empresas utilizam de descrições duvidosas com intuito de garantir aderência a preocupações sociais voltadas para questões ambientais. Como o próprio nome diz, há maior preocupação em realizar uma “lavagem verde” – ou “pintura de verde” – do que agir a favor de práticas reais relevantes.

Ainda, Turano *et al.* (2014) enfatizam que a busca por transmitir uma reputação limpa pela “lavagem verde” abarca em si diversas condutas, como o uso de afirmações vagas sem provas, formulação de linguagem de forma enganosa, uso de selos sem credibilidade, marketing enganoso, entre diversas outras. Tais afirmações vão de encontro as evidências explicitadas acima, principalmente pelo uso de informações de forma distorcida da realidade e um forte investimento em marketing que, muitas vezes, não condiz com os fatos.

Nesse mesmo sentido, porém, inferindo uma outra empresa multinacional³ atuante em mais de 30 países, é possível notar grande discrepância no que se refere aos discursos de sustentabilidade e sua prática efetiva. Por mais uma vez, foi possível identificar um relatório de sustentabilidade baseado no *Global Reporting Initiative* (GRI) repleto de ações afirmativas positivistas, direcionando as atividades organizacionais à um “mundo perfeito”, porém, pôde-se observar que boa parte de seu conteúdo é permeado por informações vagas e subjetivas, não possibilitando, portanto, uma análise objetiva da legitimidade dessas afirmações.

Em um estudo realizado por Turano *et al.* (2014), os autores relatam:

“Evidenciou-se, também, conforme já concluído por Silva e Reis (2011), que todo o relatório de sustentabilidade da organização utiliza determinadas expressões para supervalorizar as ações positivas que a organização realiza e minimizar os impactos negativos causados por suas operações. Esse fato pode ser caracterizado como um discurso parcial e tendencioso, com o objetivo de transmitir uma imagem mais positiva da organização para seus investidores (TURANO *et al.*, 2014, p.116).

Um importante marco identificado no referente relatório de sustentabilidade elaborado pela empresa infere um “atributo extra” à análise de seu discurso, onde a mesma transmite uma mensagem distorcida da compreensão de “desenvolvimento sustentável”, “envolvendo-a” totalmente em um contexto enviesado, voltado aos seus interesses, sendo conceituado como “a capacidade de captação de inúmeras oportunidades de crescimento, reconhecendo os limites físicos do planeta”. Segundo Turano *et al.* (2014), a presente definição não se aproxima do modo como Elkington (1994) e o relatório de *Brundtland* (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987) conceituaram desenvolvimento sustentável, além de demonstrar um enfoque na captação de oportunidades e, com isso, transmitir uma ideia de uma preocupação maior com a criação de valor econômico, demonstrando, portanto, um desequilíbrio entre os pilares da sustentabilidade.

No mesmo sentido do que foi citado anteriormente, Turano *et al.* (2014) destaca ainda que no ano de 2012, o Greenpeace da Suíça e a Declaração de Berna elegeram por votos populares, a seguinte empresa citada, simplesmente, como a pior empresa do mundo, no que se refere a problemas causados pela mesma, que envolvem desde os impactos ambientais

³ Em caráter de responsabilidade, não divulgaremos o nome da indústria. Porém, podemos informar que se trata de uma empresa nacional.

negativos até mesmo trabalhistas. Os autores completam, informando uma evidência adicional a discrepância já notada:

O *PublicEyeAwards*, também conhecido como “Prêmio Nobel” da vergonha corporativa, recebeu, ao todo, cerca de 90 mil votos de indivíduos de todas as partes do mundo, dos quais mais de um quarto foi para a Corporação S.A⁴, ficando, dessa forma, à frente até mesmo da empresa que foi responsável pelo desastre causado em Fukushima, em 2011 (TURANO *et al.* 2014. p.122).

Além dos pontos citados, Santos (2011) e Coelho (2018) apontam outro agravante em relação ao relacionamento entre a determinada empresa com o meio ambiente e sociedade: a questão da dependência. Segundo o autor, as questões de dependência abrangem os âmbitos econômico, social e político, fazendo com que determinada sociedade tenha suas estruturas sociais condicionadas pelas vontades necessidade e interesses de outrem.

Tal dependência afeta a sociedade na forma de especialização massiva na estrutura produtiva local, subordinação local frente a mercados globais, investimentos públicos locais centrados em tal atividades que se relacionam com tal prática industrial hegemônica, dificuldades para investimento, desenvolvimento e criação de formas alternativas de organizações – muitas até com estreita ligação com a cultura local, entre diversas outras, como aponta Coelho (2018).

A situação de dependência social, política e econômica gera, muitas vezes, a aceitação da comunidade de determinados impactos extremamente negativos causados por determinada atividade para o contexto local, para a qualidade de vida e bem viver, afirma Coelho (2018). Devido à dependência citada acima, é possível inferir que o *habitus* das pessoas nessas comunidades foi limitado à situação que o define (BOURDIEU, 1983), ou seja, dada a situação originária, em decorrência de uma estrutura determinada – necessidade política e econômica – os indivíduos da comunidade aceitam a manutenção deste status.

“O anseio por ocupações na atividade e o temor de que a paralisação da atividade gere efeitos deletérios sobre a arrecadação municipal levam a população local a aceitar muitos dos impactos causados a partir de um consentimento conflituoso e incompleto” (COELHO, 2018, p. 256). Tais impactos podem ser citados pelo “rebaixamento dos lençóis freáticos e a alteração da oferta, da qualidade e da dinâmica hídrica”, a alocação – ou expulsão – de moradores de determinada região para que tal região seja explorada, a poluição do ar, sonora e da água, piora do trânsito e da qualidade das vias, grande exploração de patrimônios ambientais – muitas vezes culturais – locais e, conseqüentemente, na piora das condições de vida das pessoas. O problema aqui se estende para muito além do explicitado no relatório de tal empresa. De fato, discurso e prática, aqui, são antagônicos. O problema vai para muito além do *greenwashing*, pois invade esferas sociais, políticas e econômicas e seu impacto negativo nessas esferas é visível. A distorção do conceito de “desenvolvimento sustentável”, apontado por Turano *et al.* (2014) como prática presente do relatório dessa empresa, explicita relação entre a empresa e os apontamentos sociais feitos por Coelho (2018).

Por fim, as políticas de sustentabilidade dessa organização apresentam determinadas falhas, refletindo diretamente no discurso da organização e no que, efetivamente, realiza na prática. Abdala, Guzzo e Santos (2010) enfatizam que, a mesma empresa mencionada neste

⁴ Como citado anteriormente, em caráter de responsabilidade, não divulgaremos o nome da indústria. Nomeamos, então, como “Corporação S.A.”

estudo foi uma das que atingiram o escore máximo de *greenwashing* em seus anúncios. Segundo a análise realizada, as afirmações presentes nesses anúncios são vagas e possuem uma linguagem que engana o leitor, completam os autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da seguinte pesquisa, levantamentos e discussões, foi possível avaliar a possibilidade da ocorrência de *greenwashing* no ambiente corporativo, ou seja, de práticas ou ações que “escondem” intencionalmente, falhas e enganos de uma pessoa ou organização em prol de uma reputação limpa (TURANO *et al.* 2014; ABDALA, GUZZO, SANTOS, 2010). Nesse contexto de “lavagem verde”, segundo o Greenwashing index (2012) e Oliveira e Souza (2013), mais tempo e dinheiro são gastos com publicidades para ganhos de imagem do que realmente aderindo às práticas que visem a uma diminuição do impacto ambiental.

Diante do exposto, foi possível identificar uma considerável divergência entre os discursos e as práticas de sustentabilidade nas duas empresas de atuação nacional aqui apresentadas, o que a priori, direciona ambas para um “*greenwashing*” em detrimento de uma tendência efetiva de tais práticas. Portanto, é possível inferir que, para as empresas analisadas, o discurso sustentável visa atender anseios econômicos e publicitários, mostrando uma faceta diferenciada para agradar percepções ativistas e aumentar a consciência e identificação com a população, reduzindo, então a pressão social. Por outro lado, a prática tem demonstrado outra realidade, que não é percebida pela sociedade – ou que, em algumas vezes, é notada, mas que devido a uma complexa relação de dependência social, ambiental e econômica, é minimizada por ela mesma.

Ainda sobre os resultados, o contexto das empresas analisadas explicitou forte dedicação de esforços em busca da transmissão de adequação de condutas em prol da imagem das empresas no mercado que, de certo modo, não refletiria a realidade. Fora também notado situação onde tais empresas poderiam estar direcionando mais recursos com publicidade para melhoria de sua imagem perante a sociedade do que com, de fato, práticas reais e efetivas a favor da sustentabilidade ou de um desenvolvimento sustentável. Complementando, Oliveira e Souza (2013) afirmam que é comum notar práticas de *greenwashing* onde empresas utilizam de descrições duvidosas com intuito de garantir aderência a preocupações sociais voltadas para questões ambientais. Como o próprio nome diz, há maior preocupação em realizar uma “lavagem verde” – ou “pintura de verde” – do que agir a favor de práticas reais relevantes.

Entretanto, é importante ressaltar que a metodologia apresenta limitações, uma vez que é complexa a avaliação da forma real das divergências entre os discursos. Além disso, as discrepâncias entre a teoria mostrada nos relatórios de sustentabilidade e o que realmente é praticado pelas empresas fica mais evidente – e com maior publicização – em situações extremas e com grandes impactos sociais e ambientais, como foi citado anteriormente a questão dos contextos de tragédia-crime com as barragens de mineração. Em outras palavras, sem devida base de comparação ou informação, estão sendo transmitidas mensagens difusas que melhoram a imagem de companhias sem que haja, em muitas ocasiões, a percepção de tal lavagem verde”.

Adicionalmente, é possível inferir que as referidas empresas, por serem consideradas globais – devido à sua participação em diversos países – adotam discurso único, sendo que deveriam diferenciar suas ações e narrativas em acordo com o local e sociedade que interagem com suas operações, dando luz a um conceito de territorialidade ligada ao tema da sustentabilidade. Ou seja, a possibilidade de as organizações optarem por modelos de relatórios

próprios, em tese, favorece ainda mais para divulgações seletivas e distorções da realidade, que não agregam as diferentes percepções socioambientais de suas ações nos mais diversos lugares em que atuam, visto que os impactos são diferentes. Ao invés de adotarem uma posição de mais próxima à sociedade, “globalizam” seus relatórios como se fossem aplicadas a qualquer local.

Por tratar-se de uma pesquisa documental exploratória de natureza qualitativa, não há elementos que permitam generalização ou extrapolação dos dados apresentados. Dessa forma, para estudos futuros, sugere-se um maior aprofundamento por meio de estudo de caso, como forma de gerar *insights* exploratórios para o estudo do tema. Adicionalmente, sugere-se, também, utilização de pesquisa quantitativa para maior aprofundamento da discussão, como forma de avaliar o discurso médio das empresas, para poder trazer resultados que possam ser aplicados à um conjunto maior de companhias. Além disso, analisar empresas que desempenham sim, atividades de impacto socioambiental positivo, seria, de fato, rico à proposta de estudo, uma vez que traria à tona exemplos de atividades organizacionais que conseguem equilíbrio entre sociedade, meio ambiente e lucro, fluindo entre esses três aspectos. Contudo, quais são essas empresas que não priorizam práticas de *greenwashing* em suas estratégias?

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Muito além da economia verde. Editora Abril. 2012.

ABDALA, P. R. Z.; GUZZO, R. F.; SANTOS, S. A. Propaganda verde ou fachada verde? Uma análise do nível de *greenwash* nos anúncios com apelos ecológicos no Brasil. XXXIV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2010.

BARBIERI, J. C. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 4ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BARONI, M. Ambigüidade e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Rev. Adm. Empr.* 32(2):14-24,1992.

BASSETTO, L. I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia - COPEL. *Gestão & Produção*, v. 17, n. 3, p. 639-651, 2010.

BOURDIEU, P. (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

BOURDIEU, P. (2007). *A economia das trocas simbólicas* (6a ed.). São Paulo: Perspectiva.

CAMPOS, L. M. S. *et al.*. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.

CECHIN, A.; PACINI, H. Economia verde: por que o otimismo deve ser aliado ao ceticismo da razão? *Estudos Avançados*, v. 26, n.74, p. 121-136, 2012.

CHACON, S. S. Desenvolvimento. In: BOULLOSA, R. F. (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 48-50, 2014.

- COELHO, T. P. Minério-dependência e alternativas em economias locais. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, 1(3), 1-8, 2017
- COELHO, T. P. (2018) Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. *Dossiê*, 252-267, 2018.
- DINIZ, E. M.; BERMAN, C. Economia verde e sustentabilidade. *Estudos Avançados*, v. 26, n.74, p. 323-330, 2012.
- ECOSSISTEMAS. Relatório de Sustentabilidade GRI. 2009. Disponível em: <http://www.ecossistemas.net/newsite/?option=com_content&view=article&id=16%253Arelatorio-de-sustentabilidade-gri&catid=16%253Asustentabilidade-empresarial&Itemid=18>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- ELKINGTON, J. Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development. *California Management Review*. Winter, v. 36, n. 2, p. 90- 100, 1994.
- ELKINGTON, J. *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- FRAGA, M.S.; TEODÓSIO, A.S.S; OLIVEIRA, M; YOSHITAKE, M. Relatório de sustentabilidade, evidenciação e efetividade da gestão ambiental: análise das incongruências em um caso do setor extrativo mineral. XX ENGEMA. São Paulo, 2018.
- GERTLER, P. Final Report: The Impact of PROGRESA on Health. International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., 2000.
- GONÇALVES-DIAS, S. L. F. Sustentabilidade. In: BOULLOSA, R. F. (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 165-168, 2014.
- GREENWASHING INDEX. Sustainable Communities online: for a more sustainable future. Disponível em: <<https://www.sustainable.org/economy/economics-a-finance/140-greenwashing-index>>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- JAEHN, F. Sustainable Operations. *European Journal of Operational Research*, v. 253, n. 2, p. 243–264, 2016.
- JAMBECK, J. The New Plastics Economy. WORLD ECONOMIC FORUM. Rethinking the future of plastics. Jan. 2016.
- JUNG, R. P. *et al.*. De Inservível ao Prestadio: análise do mercado de reciclagem de pneus na RMBH. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente – ENGEMA XIX. 2017, São Paulo. Anais (on-line). São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA – USP), 2017.
- KOLK, A. The social responsibility of international business: From ethics and the environment to CSR and sustainable development. *Journal of World Business*, 2015.
- LIM, W. M. Inside the sustainable consumption theoretical toolbox: Critical concepts for sustainability, consumption, and marketing. *Journal of Business Research*, v. 78, n. May, p. 69–80, 2017.

MARTINS, E.; RIBEIRO, M. S. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. IBRACON, boletim 208, São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, J. L.; SOUZA, E. R. Espelho, Espelho Meu: o que faço é igual ao que vês que faço? O Impacto de Ações de Responsabilidade Social na Imagem Corporativa de uma Empresa do Setor Elétrico. *Revista Pretexto*, v. 14, n. 2, p. 40-59, 2013.

PAGNONCELLI, D.; VASCONCELLOS FILHO, P. *Construindo Estratégias para vencer*. 12^a. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

PEREIRA, J. Gestão ambiental do produto: Rumo à sustentabilidade industrial. *Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão*, Lisboa, v. 10, n. 1-2, p. 13-23, jan. 2011.

PEREIRA, L. M. Análise da sustentabilidade empresarial: Um estudo envolvendo uma indústria mineradora. *Revista Pretexto*, v. 17, n. 3, p. 11-26, 2016.

PRAHALAD, C. K. A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro. 2 ed. Porto Alegre: Bookman. 2010

PRAHALAD, C. K. Servindo aos pobres do mundo, com lucro. In: Ética e Responsabilidade Social nas empresas. *Harvard Business Review*, Rio de Janeiro: Editora Campus. 2005.

PRAHALAD, C. K.; HART, S. L. *The fortune at the Bottom of the Pyramid*. Strategy and Business, v.26. 2002

QUARSHIE, A. M.; SALMI, A.; LEUSCHNER, R. Sustainability and corporate social responsibility in supply chains: The state of research in supply chain management and business ethics journals. *Journal of Purchasing and Supply Management*, p. 1–16, 2015.

REYSEN, S.; HACKETT, J. Activism as a pathway to global citizenship. *Social Science Journal*, v. 54, n. 2, p. 132–138, 2017.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*, São Paulo: Editora Vértice. 1985.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. *Rumo à Ecosocioeconomia - teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SACHS, I. *A Terceira Margem*. São Paulo: Companhia das Letras. 2009

SALISU BARAU, A.; STRINGER, L. C.; ADAMU, A. U. Environmental ethics and future oriented transformation to sustainability in Sub-Saharan Africa. *Journal of Cleaner Production*, 2016.

SÁNCHEZ-VILLAR, J.; BIGNÉ, E.; ALDÁS-MANZANO, J. Blog influence and political activism: An emerging and integrative model. *Spanish Journal of Marketing - ESIC*, 2017.

SANTOS, A. S. F; AGNELLI, J. A.; MANRICH, S.; Tendências e Desafios da Reciclagem de Embalagens Plásticas. *Polímeros: Ciência e Tecnologia*, vol. 14, n. 5, p. 307-312, 2004.

SANTOS, A. S. F.; MANRICH, S.; AGNELLI, J. A. M. TEIXEIRA, B. A. N. – *Resour. Conserv. Recycling*, 45, p.159, (2005).

SANTOS, T. A Estrutura da Dependência. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 30, outubro, 2011.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista brasileira de Educação*, n. 20, p. 60-70, 2002.

SILVA, S. S.; REIS, R. P. Sustentabilidade nos discursos empresariais: uma luz no fim do túnel ou perfumaria? XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2011.

STEENTJES, K. *et al.* The norms associated with climate change: Understanding social norms through acts of interpersonal activism. *Global Environmental Change*, v. 43, p. 116–125, 2017.

TEODÓSIO, A. S. S.; BARBIERI, J. C.; CSILAG, J. M. Montando o Mosaico da Sustentabilidade Organizacional: em busca de um diálogo entre Estratégias de Operações e Meio Ambiente. In: 4th International Meeting of the Iberoamerican Academy of Management. Lisboa/Portugal: Iberoamerican Academy of Management, 8-11/11/2005, p. 1-15.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade e gestão ambiental*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 278p.

TURANO, L. M. et al. Sustentabilidade em uma grande corporação: uma análise da discrepância entre discurso e prática. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 7, Edição Especial, p. 111-128, 2014, p. 111-128.

UNITED NATIONS. Report of the United Nations Conference on the Human Environment. Estocolmo, 1972. Disponível em <<http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>> Acesso em: 09 abr. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Conferences Parallel to the United Nations Conference on the Human Environment. Estocolmo, 1972. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000044/004437EB.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

VEIGA, J. E. O âmago da sustentabilidade. *Estud. av.*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 7-23, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 mai. 2019.

VIEIRA, M. A.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; LOPES, J. V. S. (2017) Implicações do Esforço de Arrecadação no Desempenho Socioeconômico dos Municípios de Minas Gerais. *Gestão & Regionalidade*, v. 33, n. 99, p. 21-38.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Our Common Future. Nova Iorque, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>> Acesso em: 03 abr. 2019

YILMAZ, K. Comparison of Quantitative and Qualitative Research Traditions: epistemological, theoretical, and methodological differences. *European Journal of Education*, Vol. 48, No. 2, 2013

YUNUS, M.; MOINGEON, B.; LEHMANN-ORTEGA, L. Building social business models: lessons from the Grameen experience. Paris: HEC, 2009. (Working Paper, 913).

YUNUS, M.; WEBER, K. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Ática, 2008.